

ANAIS DO  
V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

**PORTOS, ROTAS E  
COMÉRCIO**

VOLUME I

XXXV  
Coleção da *Revista de História*  
sob a direção do Professor  
E. Simões de Paula.



São Paulo — Brasil  
1971

## PRESENÇA FRANCESA EM RECIFE EM 1817 (\*).

**CARLOS GUILHERME MOTA.**

Instrutor de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

“Um pouco mais de tempo e teríamos revisto os sans-culottes”.  
*Louis-François de Tollenare.*  
Pernambuco, 22 de junho de 1817.

### I.

Esta comunicação tem por objetivo básico reavaliar um aspecto significativo da sociedade do porto de Recife, qual seja o da sua internacionalização. Tal processo ocorreu na segunda década do século passado, às vésperas da independência política de 1822. Nela procuraremos indicar alguns níveis em que a presença francesa interferiu no processo histórico em que começava a se colocar, de maneira decisiva, o problema da independência nacional.

Não é nosso propósito discutir as características do processo dentro do qual se inseriram progressivamente elementos culturais importados da França, até porque o estudo da crise estrutural do sistema colonial português vem sendo sistemática e exaustivamente estudada pelo Prof. Fernando A. Novais (1). Será útil notar, entretanto, que tal crise de colonização foi acelerada por fatores que nem sempre estiveram ligados às transformações internas do sistema: a intensa importação de idéias da França a partir de meados do século

(\*) . — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, Equipe B, dia 5 de setembro de 1969 (*Nota da Redação*).

(1) . — Alguns de seus resultados já vêm sendo publicados. Consulte-se, por exemplo, *Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica*, in “Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História”, São Paulo, 1969, nº XXXI da Coleção da *Revista de História*, dirigida pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula; e também o artigo *O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial*, in “Brasil em Perspectiva”, obra conjunta, dirigida por Carlos Guilherme Mota, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

XVIII, a ponderável infiltração de comerciantes do Noroeste europeu e dos Estados Unidos da América, bem como a indução dos movimentos emancipacionistas da América Espanhola (2) acabaram por acelerar as contradições que se expressavam em tensões, conflitos e revoluções que bem davam a medida de quanto a mentalidade da Colônia portuguesa estava mudando. Foi o francês Tollenare, aliás, vivendo em Recife num momento crítico da história da descolonização, quem notou a 6 de julho de 1817

“que em todo o reino unido há gente que tem o prurido de *experimental mudanças*, descontentes, intrigantes, ambiciosos” (3).

A partir de 1808, com a mudança da sede do govêrno para o Brasil, os laços de dependência colonial ficaram abalados e foi aberto um processo político nôvo, que só se definiria em todos os seus termos em 1822 ou, mais limpidamente, com a abdicação de Pedro I, em 1831. O proceso mencionado sômente se explicitou claramente quando os grandes proprietários rurais atingiram um nível organizatório suficiente para exercer pressão política e *diagnosticar* os elementos do sistema de colonização que mais vivamente pesavam sôbre seus interesses e que contribuíam, como diziam os revolucionários de 1817 em Recife,

“para tornar desigual a sorte dos habitantes do mesmo país” (4).

Nesse quadro é que se poderá entender o pôrto de Recife, em 1817, como um indicador eficaz dos processos em curso: foi o foco da primeira revolução liberal descolonizadora no Brasil. Por êsse motivo é que vale a pena adotá-lo como ponto de observação — uma espécie de laboratório — para integrar a presença francesa no contexto em que adquiriu sua verdadeira significação.

## II.

Quando o processo de descolonização atingiu seus pontos mais fundos no Nordeste, para a superação de tal crise foram procurados

- (2) . — Tal “indução” não deve ser pensada em termos abstratos. Basta que se lembre, por exemplo, que um filho do revolucionário Padre Roma, José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869) lutou sob o comando de Bolívar. Publicará mais tarde — em 1855 — um trabalho intitulado *O socialismo*.
- (3) . — Louis-François de Tollenare, *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*, Bahia, Livraria Progresso Editora, 1956, pág. 256. Grifo nosso.
- (4) . — Tal formulação aparece em documento elaborado pelos líderes da Revolução de 6 de março 1817, relativo à abolição de tributos que incidiam sôbre a carne. Cf. *Documentos Históricos*, vol. CI, pg. 13, Ministério da Educação e Saúde, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1953, Organização e introdução de José Honório Rodrigues .

*modelos* no Exterior, sobretudo nos Estados Unidos da América e na França, que ainda viviam os desdobramentos de suas respectivas revoluções. A posição dos Estados Unidos da América foi objeto de grande preocupação por parte dos dirigentes portugueses: o próprio Conde dos Arcos não deixou de observar agudamente que

“aquelle governo [dos Estados Unidos da América] tem dado muitas provas de perspicacia ante o mundo todo, para que seja licito suspeitar que ha de proteger o mais vil dos crimes perpetrados por meia duzia de bandidos [os revolucionários de 1817] (5).

Nesse momento em que a colonização portuguesa está se desarticulando e em que o imperialismo inglês *ainda* não se estabeleceu em toda sua plenitude (6), a discussão da presença norte-americana também ganha em expressividade (7). A *presença francesa*, entretanto, além de ser mais antiga que a inglesa, a holandesa e a norte-americana, sempre foi mais intensa e persistente. A França funcionou como centro irradiador de uma revolução bibliográfica (8) que veio a fornecer nos momentos de tensão ou conflitos um completo instrumental conceitual para os nossos revolucionários. Raynal, Mably, Rousseau, Morelly, Volney, Voltaire, Montesquieu, Turgot e Brissot, entre muitos outros, eram lidos — e às vezes decorados — em Minas Gerais, à época da Inconfidência de 1789. No porto do Rio de Janeiro, em 1794, Raynal, Mably e Rousseau eram discutidos, entre outros. No porto de Salvador (9), em 1798, Rousseau e Volney eram parcialmente transcritos nos cadernos de preces dos revolucionários. Não é de se estranhar, então, que em meio a um ambiente todo impregnado de religiosidade se encontre em 1798, por exemplo, no caderno de preces do revolucionário baiano Luiz Gonzaga das Virgens, mulato e por isso mesmo com dificuldades de ascensão na hierarquia social, queixas contra a ordem estabelecida e a cópia de

- 
- (5). — Citado por Francisco Muniz Tavares, *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, 3ª edição, Recife, Imprensa Industrial, 1917, pg. CLXXV.
- (6). — A análise mais fecunda para a discussão do assunto continua sendo a de Alan K. Manchester, *British Preeminence in Brazil, Its Rise and Decline. A study in European Expansion*, Nova York, Octagon Books, 1964 (A primeira edição é de 1933, pela The University of North Carolina Press).
- (7). — A pesquisa que poderá iluminar tal perspectiva vem sendo conduzida pela Professora Fernanda A.P. Wright, da Universidade de São Paulo.
- (8). — Consulte-se a obra clássica de Jacques Godechot, *La Grande Nation*, Paris, Aubier, 1956, 2 vol., sobretudo o capítulo XIX.
- (9). — Alguns textos revolucionários, entre eles a “Fala de Boissy d’Anglas”, foram cuidadosamente publicados por Kátia M. de Queirós Mattoso no seu trabalho *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*, Bahia, Editora Itapua, 1969.

um violento trecho do filósofo francês Volney contra a religião (10). Não é de se estranhar também a existência de um Cônego Luiz Vieira da Silva, nas Minas Gerais, no século XVIII, sabendo de cór passagens de Raynal. Tollenare anota para a Biblioteca Pública da Bahia, na administração do Conde dos Arcos, um acêrvo de 4.000 volumes bem selecionados, e observa a 28 de setembro de 1817, que é

“assaz lisongeiro para um francês verificar que pelos menos 3.000 volumes são escritos na sua língua” (11).

Nessa atmosfera mental informada pela cultura francesa, não será difícil explicar o tom nitidamente jacobino de certas intervenções revolucionárias no pôrto de Recife. Mais do que isso, pode-se surpreender alguns notórios galicismos em documento assinado pelo padre João Ribeiro, por José Luiz de Mendonça, Domingos José Martins e Manoel Corrêa de Araújo: por exemplo, a célebre conclamação ao Chefe do Regimento de Cavalaria de Goiana, datada de 12 de março de 1817 contém têrmos de inspiração francesa:

“A espada da vingança vibrou sôbre suas cabeças, elles não podem mais *empecernos*”.

Ou então:

“nós juramos *delivar* a nossa Patria” (12).

A presença francesa poderá ser indicada de maneira mais precisa e direta se atentarmos para o fato de que, em Recife de 1817 as constituições francesas de 1791, 1793 e 1795 estiveram nas mãos dos revolucionários (13); poderá ser indicada se verificarmos que foram freqüentes as formulações marcadamente jacobinas durante março e abril, ouvidas nas praças e escritas nas paredes de Recife (Tollenare se irritava com o “cinismo jacobino” adotado por Martins nas suas vestes, nas suas maneiras e nos seus discursos) (14); a presença francesa poderá ser indicada na persistência dos valores da Ilustração francesa que continuaram a ser veiculados após a repressão: basta que se lembre que grande número de oficiais de

---

(10). — Autos de Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol. XXXVI, pg. 522, Imprensa Oficial da Bahia, 1961.

(11). — *Notas Dominicais*, pág. 320.

(12). — A conclamação foi publicada na nota LVIII (pág. 164) na edição de 1917 da *História da Revolução em Pernambuco em 1817*, de Muniz Tavares, por Oliveira Lima.

(13). — *Notas Dominicais*, pág. 194.

(14). — *Idem*, pág. 202.

Luiz do Rêgo Barreto falava correntemente o francês (15). A presença francesa poderá ser discutida, sobretudo, quando se lembrar que desembarcaram no Rio Grande do Norte, vindos numa escuna norteamericana, quatro franceses bonapartistas emigrados nos Estados Unidos e ligados a José Bonaparte, para articular o retôrno de Napoleão (prêso em Santa Helena) à grande política européia. Êste episódio da história de Napoleão, que parece ter escapado aos seus biógrafos, não escapou ao agente da repressão Luiz do Rêgo Barreto. Ele escreve de Recife, em 3 de outubro de 1817, para D. João VI:

“Um dêstes franceses, Paulo Alberto Latapie, Coronel de Infantaria do Exêrcito Francês, convencido do estado vigoroso desta capitania, da sua perfeita tranqüilidade e da ativa vigilância com que era observado, lançou mão do partido que compete a um bravo soldado. Procurou-me e fêz-me a declaração franca das suas intenções e da sua última resolução, que é o que vou pôr na presença de Vossa Majestade.

Êste oficial estava em Filadélfia com outros empregados franceses e entretinha relações com José Bonaparte. Quando ali correu notícia da revolução desta capitania, José Bonaparte instou com êle para que viesse a Pernambuco examinar o estado das coisas, e pelas recomendações que êle lhe fêz sôbre a possibilidade de armar uma esquadrilha de tôda e qualquer forma, conheceu que o fim de José Bonaparte era tentar com ela a remissão de Napoleão Bonaparte da Ilha de Santa Helena.

Nestas circunstâncias embarcaram e os outros na escuna americana *Paragon*, que trazia por lastro algumas armas e tendo notícia que a revolução estava acabada, desembarcou no Rio Grande para mais se certificar, e conhecendo o meu nome e sabendo que estava governando esta capitania se dirigiu a ela para ter occasião de me conhecer, ou talvez para mais cabalmente ter notícias da revolução e do estado desta capitania.

Diz mais que êle está no caso de dar uma relação circunstanciada dos Estados Unidos e do modo por que os americanos pensam a respeito do Brasil” (16).

Finalmente, a presença francesa poderá ser avaliada em têrmos econômicos, se se observar as dificuldades para integração experimentadas pela aflita “colônia” francesa que vivia em Recife na segunda década do século passado. Ligada a interêsses de mercados para a França, que iniciava timidamente os primeiros passos no caminho de sua lenta Revolução Industrial, tal “colônia” de franceses enfrentava a dura competição inglêsa. Afinal, não era o próprio Tollenare, experiente e calculista, quem se queixava da

---

(15) . — *Idem*, pág. 255.

(16) . — *Documentos Históricos*, vol. CII, págs. 126-127. Organização e Introdução de José Honório Rodrigues .

“concorrência dos fabricantes ingleses”? (17).

Os ingleses vinham impulsionados pelo poderoso processo de acumulação de capitais industriais, que transferiram seus estímulos para a etapa da comercialização; a indústria francesa, pelo contrário, não propiciava grandes investimentos no setor comercial. Nessa perspectiva é que se pode entender a melancólica formulação de Tollenare:

“Duvido que um estrangeiro de recursos limitados possa prosperar na cidade; os capitais são ali demasiado abundantes” (18).

Em suma, *a disputa internacional de mercados entre Inglaterra e França tem uma de suas frentes no porto de Recife*. A 15 de junho de 1817, pouco tempo após a restauração de Pernambuco, Tollenare observa:

“Quer-se um armazem; mas, é preciso sortí-lo de mercadorias inglesas, porque são quase as únicas que se consomem.

Como suportar a concorrência de fabricantes ingleses que as enviam por conta própria?” (19).

\*  
\*   \*  
\*

Assim, se a cultura francesa continuava mantendo sua primazia nos setores cultivados da sociedade recifense, o mesmo não acontecia com as condições concretas de vida da “colônia” de franceses em Recife. Mais do que melancólicas, por vezes trágicas, eram as agruras de vida enfrentadas pelo elemento da “colônia” francesa: Tollenare, nas suas anotações do dia 15 de junho de 1817 faz um levantamento de todos seus principais compatriotas e de suas discutíveis condições de vida. Ou estavam eles em dura competição com ingleses ou estavam

“na dependência dos senhores de engenho” (20). Tollenare diz dos franceses: “Só se ouve queixas. Um só trabalhador, marceneiro de Nantes chamado Berenger, parece ir arranjando a vida” (21).

A tendência, a médio prazo, como se sabe, será a da definição da preeminência inglesa, controlando o setor exportador e eliminando os competidores franceses e norte-americanos.

(17). — *Notas Dominicais*, pág. 247.

(18). — *Idem*, pág. 248.

(19). — *Idem*, pág. 247.

(20). — *Idem*, pág. 246.

(21). — *Idem*, pág. 247.

### III.

Nesse ambiente já trabalhado pelas idéias da Ilustração e da Revolução, marcado por antagonismos sociais crescentes, é que desembarcou em Recife Louis-François de Tollenare, a 13 de novembro de 1816. Atualmente seus escritos constituem uma importante fonte para o estudo da Revolução de 6 de março de 1817. Cumpre, entretanto, revê-lo aqui como elemento ligado às tentativas de expansão de mercados a que a França se dedicava, e que por isso mesmo foi envolvido nas contradições do processo, oscilando entre a condenação peremptória da revolução e a amizade que votava ao padre João Ribeiro, padre que não apenas era leitor de Condorcet, mas sobretudo, para Tollenare,

“estava alucinado pela leitura dos nossos filósofos do século XVIII” (22).

Suas experiências anteriores indicam claramente as coordenadas gerais da sua visão de mundo: em Nantes, após 1802, tentou instalar uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão, utilizando as inovações recentemente estabelecidas por Cartwright. Adotou o sistema da lançadeira volante, de que julgam alguns ser êle seu inventor. Funda depois uma outra manufatura em Paris, em associação com capitais ingleses. Em 1809, inicia Tollenare uma viagem pela Itália, com finalidades de ampliação de mercados para suas indústrias (23).

O Bloqueio Continental e a política aduaneira de Napoleão provocaram uma crise desastrosa na indústria algodoeira, e Tollenare foi obrigado a fechar as portas de sua fábrica em 1813 (24). De qualquer maneira, tornara-se êle um *expert* em questões de algodão.

O Professor Léon Bourdon é quem indica (25) que em 1815, os tratados de Viena reabriram alhures, no mundo todo, as rotas de comércio internacional regular. A Europa carecia não somente de cana de açúcar, mas sobretudo de algodão: o Brasil fornecia os dois produtos essenciais, em abundância e com preços vantajosos. E' nessa conjuntura que um primo de Tollenare, até então operando numa ilha da Flórida, espanhola nessa época, operando em termos

---

(22) . — *Idem*, pág. 233.

(23) . — O Tollenare industrial, comerciante, viajante e romântico (visitou Madame de Staël, “Corine exaltée”, quando de sua viagem à Itália) é analisado no excelente artigo de Léon Bourdon, *Caravelle*, I, 1963, Université de Toulouse, págs. 29-49.

(24) . — *Idem*, pág. 30.

(25) . — *Idem*, pág. 31.

de contrabando legal (Geórgia — Flórida — Liverpool), resolve enviar Tollenare a Recife, para comprar algodão para algumas indústrias francesas.

Comerciante, sim, mas também leitor de Condillac e Adam Smith, Tollenare detestava o jacobinismo do revolucionário Domingos José Martins (26). Vivendo na Recife revolucionária, lembrava-se com certa repugnância do tratamento que se dispensava aos cidadãos na França no tempo da Revolução: lembrava-se daquele

“tratamento de tu, de que nos servimos em França, nos nossos tempos demagógicos” (27).

O ambiente que encontra no pôrto não parece ter-lhe agradado:

“Só se festeja sinceramente aos Americanos do Norte; certos militares franceses proscritos seriam muito afagados; mui felizmente só há aqui um dêstes, que é prudente apesar de jovem” (28).

A inexperiência de uma burguesia sòlidamente constituída como em seu país chamava sua atenção: dizia estar-se em Recife

“longe do espirito dos costumes amáveis da França, onde se sabe aformosear a vida no seio da mediania e restabelecer certo equilibrio entre o mérito e a fortuna” (29).

Suas observações sôbre a tributação, foco permanente de tensão no período colonial, são bastante indicativas de sua mentalidade ilustrada.

“Cita-se uma multidão de empréstimos e de aumentos de taxas exigidas para executar certos trabalhos especiais; os pagamentos têm sido feitos e continuam ainda, mas os trabalhos ficam sem execução. Isto desperta *clamores*; mas, de que servem as queixas sob um govêrno absoluto e sem a liberdade de imprensa?” (30).

Citando Voltaire (31), mostrando a imagem que o

---

(26) . — *Notas Dominicais*, pp. 201 e 202.

(27) . — *Idem*, pág. 195.

(28) . — *Ibidem*.

(29) . — *Idem*, pág. 128. É de se notar a dificuldade que Tollenare experimenta ao tentar entender uma área colonial, onde a estrutura social não facilitava o desenvolvimento de estratos médios e, por conseguinte, o tal “equilíbrio entre o mérito e a fortuna”, ideal bem burguês.

(30) . — *Notas Dominicais*, pág. 126. Talvez não seja inútil lembrar que não se deve confundir mentalidade ilustrada, ou reformismo ilustrado, com consciência revolucionária.

(31) . — *Idem*, pág. 90.

“brasileiro” fazia do “francês” (32),

atacando o jacobinismo sempre que possível, Tollenare, embora não fôsse obviamente nenhum representante da vanguarda radical francesa (33), vai esboçar a estruturação da sociedade do Nordeste em 1817 (34) e vai definir as relações do *senhor de engenho* com os *lavradores*, *moradores* e *escravos* de maneira nada romântica, nem luso-tropicalista:

“o *senhor de engenho*, armado de chicote e visitando as dependências de sua fábrica, é um rei que só descobre em volta de si animais, que são os seus *negros escravos*, que maltrata, e são os seus *moradores*, e alguns vassalos inimigos, que são os *lavradores*” (35).

Neste exemplo, a sensibilidade de Tollenare é suficiente para entrever uma *estrutura social tensa*, fenômeno típico em área de colonização. Por outro lado, como o jôgo de interesses estava altamente polarizado,

“durante oito meses de residência em Pernambuco”, Tollenare não conseguirá penetrar na “alta sociedade do país”, apesar das cartas de recomendação e dos seus “esforços para penetrar em algumas casas” (36).

Passada a primeira vaga da Revolução dos meses de março e abril, e já após a restauração, Recife tornar-se-á um ponto de afluxo de franceses da Bahia e do Rio de Janeiro (37). Sòmente então é que as ambigüidades do francês Tollenare melhor se desenvolverão: o *romântico* Tollenare refletirá sôbre a derrota provisória dos revolucionários, lembrando que deveria ter havido

“pelo menos um pouco desta exaltação francesa, cega mas terrível, que se manifestou no comêço da nossa revolução” (38);

o *comerciante* Tollenare, pelo contrário, mais utilitarista, reagirá dizendo que se tivesse havido resistência por parte dos revolucionários, Recife teria sido incendiada (e provavelmente também seus negócios pessoais . . .):

---

(32). — *Ibidem*.

(33). — Veja-se sobretudo suas idéias sôbre a democracia, cuja “aplicação é impossível”, à pág. 265.

(34). — *Idem*, pág. 85.

(35). — *Ibidem* (grifos nossos).

(36). — *Idem*, pág. 271.

(37). — *Idem*, pág. 244.

(38). — *Idem*, pág. 238.

“Rendamos graças às prontas providências tomadas pelo Conde dos Arcos” (39),

#### IV.

Concluindo, podemos verificar que:

- a. — Recife constitui-se num ponto de observação estratégico, não somente para a análise do processo de descolonização que conduz à independência de 1822 e à revolução de 1824, mas também para a compreensão da competição internacional, especialmente entre Inglaterra, França e Estados Unidos da América do Norte. Se se quiser, Recife constitui-se num ponto de observação estratégico para os estudos das raízes do imperialismo: podia-se sentir naquele porto, em 1817, os diferentes efeitos do lento processo de industrialização na França em contraste com a acelerada Revolução Industrial na Inglaterra.
- b. — A “colônia” de franceses em Recife integrava-se mal na presença na vida intelectual que na vida econômica.
- c. — Por um breve momento colocou-se a possibilidade de Napoleão voltar ao palco europeu a partir de uma revolução no Nordeste brasileiro.
- d. — A “colônia” de franceses em Recife integrava-se mal na vida econômica e social da região.
- e. — A “influência” francesa, em sentido amplo, difundia-se tanto nos setores revolucionários (por exemplo, lembre-se do padre João Ribeiro) como nos setores da repressão (por exemplo, recorde-se que um número considerável de oficiais de Luiz do Rêgo Barreto falava a língua francesa).

\*  
\*   \*  
\*

#### INTERVENÇÕES.

1. — Prof. *Gabriel Roy* (FFCL de Itu).

Primeira pergunta: Teria havido interesses econômicos por parte de Tollenare, nessa sua tomada de posição política a favor do Brasil? Quais?

---

(39) . — *Ibidem*.

Segunda pergunta: A vinda de Napoleão ao Brasil teria fracassado devido, principalmente, à recusa dêste? V. S. encontrou alguma prova a respeito?

\*

2. — *Prof. Helga Picolo (FFCL da UFRGS).*

Quer, em primeiro lugar, apresentar parabéns pela maneira como o Autor colocou a figura de Tollenare na época da Revolução de 1817, ligado à tentativa de expansão comercial francesa no Brasil.

Desejaria obter do Autor apenas um esclarecimento:

Num determinado ponto de sua exposição, o Prof. Mota diz que o Congresso de Viena reabriu o comércio internacional, vendendo o Brasil, em quantidade, açúcar e algodão.

E' comum, para não dizer é geral entre os nossos historiadores econômicos, afirmar que após a "normalização" da vida européia depois do Congresso de Viena, decaiu a exportação brasileira de açúcar e algodão em face da concorrência antilhana e dos Estados Unidos respectivamente.

\*

3. — *Prof. Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa (FFCL-USP).*

Afirma que a comunicação do Prof. Carlos Guilherme Mota apresenta uma contribuição valiosa ao estudo da Revolução Republicana de 1817 em Pernambuco, a qual, segundo o escritor Barbosa Lima Sobrinho, merecia um melhor tratamento dos estudiosos da história brasileira.

Com relação ao assunto, apresentaria à consideração do Autor os seguintes pontos:

1. — Acha que o Nordeste brasileiro, especialmente Pernambuco, apresentava na época um ambiente propício à eclosão de um movimento revolucionário. A crise econômica provocada pela concorrência estrangeira ao açúcar nordestino, especialmente a partir da ocupação francesa de Portugal, possibilitava condições ideais para uma explosão revolucionária.

2. — A pouco conhecida, por falta de uma documentação mais sólida, "Conspiração dos Suassunas", quando os conhecidos irmãos Suassunas, senhores de engenho do Município do Cabo em Pernambuco, foram acusados de conspirarem no sentido de ser instalada no Nordeste uma república sob a proteção de Napoleão Bonaparte, parece indicar, já em 1801 a presença francesa no Nordeste.

3. — Parece-lhe que a crítica de Tollenare, nas suas *Notas Dominicais* quanto ao insucesso da Revolução, justifica-se naquilo que chamaríamos de falta de “espírito revolucionário”, ou seja, uma liderança que conduzisse melhor às várias fases da Revolução.

\*  
\*   \*  
\*

#### RESPOSTAS DO PROF. CARLOS GUILHERME MOTA.

##### 1. — Ao Prof. *Gabriel Roy*.

Primeira: Uma leitura atenta de Tollenare mostrará que êle se caracterizava por reacionarismo (antes de tudo era um comerciante), muito embora fôsse amigo pessoal do desventurado padre João Ribeiro. Interesses econômicos êle tinha certamente, ligados inclusive ao pau-brasil. A revolução a êle não interessava, pois prejudicaria seus negócios. Quanto à “sua tomada de posição política a favor do Brasil”, cumpre perguntar: qual Brasil?

Segunda: Quanto à segunda pergunta, não seria uma simples recusa de Napoleão a explicação satisfatória, obviamente. Seria melhor, antes disso, atribuir o fracasso da vinda de Napoleão ao Brasil ao próprio fracasso da revolução.

\*

##### 2. — À Profa. *Helga Picolo*.

Disse o Prof. Carlos Guilherme que a observação lhe parece válida, de modo geral. A tendência por êle referida foi extraída do Professor Bourdon, no artigo citado. Sobre o assunto, entretanto, não há estudos sistemáticos no Brasil, baseados numa metodologia moderna de história econômica, além dos artigos de Frédéric Mauro e de referências de Celso Furtado. Sobre o estudo concreto da exportação brasileira de açúcar e algodão do Nordeste, aguarda os resultados das pesquisas do Prof. José Ribeiro Júnior, que permitirão tratar do assunto de maneira menos impressionista. Tem certeza, entretanto, que a partir dessa pesquisa uma visão menos “colonialista” do nosso passado poderá se esboçar...

\*

##### 3. — Ao Prof. *Reynaldo X. C. Pessoa*.

Primeira: Certamente havia ambiente propício à revolução. Cumpre lembrar, entretanto, que foi também o algodão nordestino o produto que provocou alteração no sistema, sobretudo ligado às transformações industriais do Nordeste europeu.

Segunda: Sobre a “Conspiração dos Suassunas”, diz para verificar a apresentação de José Honório Rodrigues ao volume CX dos *Documentos Históricos*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dedicado ao movimento. Também os revolucionários baianos de 1798 esperaram — em vão — o auxílio de Napoleão.

Terceira: Ao invés de discutir “espírito revolucionário” em 1817, prefere indagar da natureza da sociedade em que ocorreu a revolução: seria uma sociedade de ordens, de classes, ou de castas? Ou estamental-escravocrata? Tal seja a caracterização, tal será a conceituação do movimento e das formas de pensamento emergentes no processo. Acha o Prof. Carlos Guilherme que o movimento (revolução?) de 1817 não está convenientemente estudado, e para fazê-lo bem é necessário realizar previamente uma análise dos antagonismos entre os diversos grupos sociais; investigar como êsses antagonismos se manifestavam, considerado o nível das consciências (revolucionárias, reformistas e contra-revolucionárias); e, finalmente, definir a sociedade nordestina — pôsto que a revolução não foi apenas pernambucana . . . — a partir do instrumental conceitual dos homens que nela viveram.